

Institui a taxa de iluminação pública e dá outras providências.

O povo do Município de São José do Rio Preto, por seus representantes, decreta e dá sanction a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a taxa de iluminação pública sobre o imóvel situado em logradouro já servido de iluminação pública ou que dela venha a servir-se, a ser aplicada a partir do exercício de 1985.

Art. 2º - A taxa de iluminação pública também incidirá sobre o imóvel constituído por lote vago ou lote contendo edificação em construção ou já construídas, porém não consumidoras de energia elétrica, situadas em logradouro servido de iluminação pública ou que dela venha servir-se.

Parágrafo único: O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado à razão de 1,0% (um por cento) do mês sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente no mês de janeiro do ano a que se referir, estabelecido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Art. 3º - Observado o disposto no art. 1º desta lei cobra-se a taxa de iluminação pública mensalmente, calculada sobre o valor da tarifa de iluminação pública vigente devendo ser adotado nos intervalos de classe indicados, os percentuais correspondentes:

Continua

Continuação Lei. 286/84
percentuais da taxa de I.P.

Classes (Kwh)		
0	a 30	Isento
31	a 50	1,0
51	a 100	2,0
101	a 200	4,5
201	a 300	7,0
acima de 300		7,0

Art. 4º O produto da taxa ora criada, constituirá receita destinada prioritariamente a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da Prefeitura Municipal, decorrentes da instalação, manutenção e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para a melhoria e ampliação do serviço.

Art. 5º - A cobrança da taxa, relativa ao art. 1º desta lei, poderá ser feita diretamente pela Prefeitura Municipal ou por arrecadação junto às Contas Particulares de Consumo de energia mediante Convênio, a ser celebrado com a Central Elétrica de Minas Gerais S/A - CEMIG, ficando, neste caso, o Poder Executivo desde já autorizado a firmar o referido Convênio.

Art. 6º - Realizado o Convênio, a CEMIG contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da taxa, a conta vinculada em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo, pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - A CEMIG apresentará à Prefeitura mensalmente, a fatura relativa ao fornecimento de energia elétrica acompanhada de um comprovante de arrecadação.

Continua

Cadastrão total da taxa de iluminação pública

§ 2.º - Quando o saldo dessa Conta Corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor da fatura de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença, de acordo com os prazos e condições constantes da respectiva fatura.

§ 3.º - O "superavit" eventual, verificado entre o montante arrecadado da taxa e o valor da fatura, poderá ser aplicado, pela Cemig, para a quitação parcial ou total de outras faturas subsequentes, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal, e ainda, havendo saldo, poderá ser destinado à custear obras de expansão e ou melhoramentos do sistema de iluminação pública, e de extensão de redes urbanas do Município, caso a Prefeitura autorize.

Art. 7.º - A cobrança da taxa, referente a esta Lei, será feita diretamente pela Prefeitura, em conjunto com os impostos predial e territorial.

Art. 8.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Quando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, 14 de dezembro de 1984.

O Prefeito: 